



Capítulo 5

**Narrativas entre  
universidade e desastre  
socioambiental de Mariana:  
uma aproximação necessária**

Luana Carola dos Santos

## **No meio do caminho tinha muita lama...**

O presente manuscrito tem por objetivo apresentar o desastre tecnológico ocorrido no município de Mariana, estabelecendo interfaces com o ensino, pesquisa e extensão na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Sabemos que a interlocução entre universidade-comunidade é um importante elo que orienta os trabalhos acadêmicos. É importante, também, trazeremos para a formação dos alunos temas contemporâneos que incitem inovações e desafios.

Sendo assim, serão abordados neste texto os resultados de uma pesquisa de pós-doutorado, realizada entre os anos de 2017 e 2018, sobre o fenômeno psicopolítico de Mariana, que tem como uma de suas propostas articular suas conclusões com os debates realizados pelos alunos do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais.

O rompimento das barragens de Santarém e Fundão, da Mineradora Samarco/Vale S.A., ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, é considerado

como o maior desastre socioambiental ocorrido no Brasil e um dos maiores relacionados à mineração do mundo (HELLER; MODENA, 2016).

Um dos conceitos que temos trabalhado na pesquisa sobre Mariana, no contexto da sala de aula com os alunos da Pedagogia, é o de **morte em vida**. Este abrange um conjunto de experiências que nos fazem pensar na morte, que, embora não tenha ocorrido de forma concreta, remete a muitos adjetivos associados a ela, como dor, ruptura, desconhecimento, interrupção e tristeza (KÓVASCs, 2011).

No caso do desastre tecnológico de Mariana, é extremamente importante pensar estudos e pesquisas que façam um mergulho profundo nas dimensões concretas e simbólicas das mortes produzidas em vida. E, também, estudos dialógicos que pensem em como a rede intersetorial desse município tem se organizado para trabalhar com o tema, já que os danos reparatórios da empresa Samarco/Vale S.A. não preveem esse tipo de ação e estão focados em reparações materiais. Temos aqui, então, um problema complexo e importante: o trabalho da rede intersetorial com o tema da **morte em vida**, em um contexto de ênfase em perdas apenas econômicas e materiais. O que o curso de Pedagogia da Universidade tem a ver com isso?

Quando o tema é abordado com os discentes dos segundo e terceiro núcleos formativos do curso, notamos um presente interesse em saber mais sobre o assunto e, ao mesmo tempo, certo desconhecimento do fato. Sabemos que o conceito de **morte em vida** é muito importante, também, para compreendermos as interfaces entre os processos educativos que envolvem memória e ressignificação daquilo que foi perdido e que precisa ser trabalhado.

No âmbito do desastre tecnológico ocorrido em Mariana, foram mapeadas, pelo poder judiciário, cerca de dezenove mortes concretas que foram indenizadas financeiramente. *Todavia, e a dor da perda dos familiares? E aquelas famílias atingidas que não perderam nenhum parente*

*concretamente, mas que perderam seus territórios, tiveram seus laços comunitários afetados, que lutam para ressignificar suas histórias? E as perdas simbólicas? Há possibilidades de trabalhá-las no acolhimento em saúde? E os estudantes que tiveram que deixar a sua escola, para estudar em outra? E as situações de bullying que foram vivenciadas em escolas “que não eram suas” por serem chamados de “pé de lama”?*

É no estudo dessas **mortes em vida** que este manuscrito está interessado, principalmente na interlocução dos trabalhos da rede de saúde, meio ambiente e educação desenvolvidos no município para conseguir acolher as famílias.

Notamos, ao longo dos trabalhos realizados no município de Mariana, que a **morte em vida** tem sido um tema pouco tratado no desastre. Localizamos, também, uma forte angústia presente nos profissionais da rede intersetorial de saúde, de educação e meio ambiente, que têm buscado o apoio do Ministério Público e da Universidade por não saberem como lidar com os casos de **morte em vida**. Primeiro, conforme narrativas dos profissionais, por ser um assunto tratado de forma secundária; e segundo por ser uma tônica recorrente nas pautas do atendimento em saúde.

## PROCESSOS METODOLÓGICOS

As inspirações para a presente pesquisa surgiram a partir da atuação da pesquisadora no Ministério Público de Minas Gerais no Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAO/DH), no qual ela teve a possibilidade de trabalhar por meio de ações que envolveram atendimentos às famílias atingidas, realização de formações com a rede intersetorial de saúde, reuniões frequentes com esta e execução de pesquisa sobre atendimento psicossocial no caso de desastres. Além disso, houve, também, estudos sobre saúde coletiva nos casos de tragédias, juntamente com a FIOCRUZ, acompanhamento das audiências públicas feitas pelo Ministério Público sobre danos reparatórios do desastre junto a famílias atingidas e com

equipamentos públicos da região, entre outras ações, que evidenciaram a necessidade de pesquisar sobre o acontecimento da calamidade tecnológica de Mariana no âmbito dos processos de subjetivação associados às questões do cuidado em saúde e dos aspectos que envolvem a **morte em vida** das famílias atingidas.

Durante o trabalho acima realizado e a inserção permanente da pesquisadora na cidade de Mariana<sup>1</sup>, observaram-se alguns conflitos relacionados ao *modus operandi* do atendimento psicossocial para casos de tragédias tecnológicas presentes na rede intersetorial de saúde, e algumas questões se fizeram presentes: *existem diretrizes de atendimento psicossocial que balizam o trabalho da rede intersetorial de saúde no caso de desastres tecnológicos? Quais são? É possível um trabalho integrado da rede de saúde nessas situações? Como pensar sobre as questões éticas, cuidados paliativos, qualidade de vida no caso de famílias acometidas pelo desastre? E os relatos da **morte em vida**? Tem pauta no plano de atendimento psicossocial?*

Nas reuniões realizadas com os profissionais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), da Proteção básica do Município e com a Secretaria de Educação durante o período de dezembro de 2015 a janeiro de 2017<sup>2</sup>, as equipes falavam de uma dificuldade em pensar uma abordagem de atendimento psicossocial para o trabalho com as famílias atingidas pelo desastre. *Mas o que as equipes estavam nomeando de psicossocial?* Logo depois da pós-calamidade, a empresa Samarco/Vale S.A. lançou um edital de contratação de

---

<sup>1</sup> Durante o acontecimento do desastre tecnológico, a pesquisadora atuava como professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Os impactos simbólicos, políticos e materiais do acontecimento na vida dos moradores de Mariana e dos distritos atingidos atravessaram a pesquisadora por estar inserida na UFOP e, também, como pesquisadora de pós-graduação do Ministério Público de Minas Gerais. Lugares distintos, que possibilitaram diversidades de olhares sobre como a saúde é interpretada nos casos de tragédias tecnológicas, e como a temática de **mortes em vida** não é considerada no caso de grandes catástrofes.

<sup>2</sup> Durante o trabalho da pesquisadora no Ministério Público de Minas Gerais, foi construído um acervo de documentos com a memória das reuniões de trabalho com a rede, e um dos objetivos desta pesquisa de pós-doutorado é analisar esses documentos para investigar o problema de pesquisa proposto.

psicólogos(as) para atuarem no município, e, nesse ínterim, o Ministério Público solicitou à empresa um Plano de Atendimento Psicossocial que contemplasse o atendimento à população no âmbito da saúde. A empresa elaborou o plano juntamente com a rede intersetorial de saúde, o que gerou conflitos entre rede e empresa, já que as concepções sobre atendimento em saúde apresentadas pelos profissionais contratados pela Samarco/Vale S.A. trazem um enfoque mais individual sobre a atuação do profissional de saúde no caso da tragédia. Já os profissionais da rede intersetorial de saúde trazem uma abordagem mais sociológica sobre o acolhimento das famílias atingidas que passam pelo processo de **morte em vida**.

É importante lembrar, também, que a compreensão científica em relação à temática dos desastres é relativamente recente e se deu no início do século XX, por meio da ocorrência do grande incêndio no Canadá, e a saúde é apenas um dos componentes e, por vezes, não o mais importante (LECHAT, 1976).

Um dos objetivos com os estudos do pós-doutorado é trazer o tema da saúde articulado com saúde e meio ambiente, como dimensões importantes e essenciais no caso das tragédias tecnológicas.

Notamos que muitas famílias acometidas precisaram “matar” o território em que viviam dentro de si, tiveram que morrer para o outro. E, nesse processo de perda, essas famílias atingidas procuram a rede intersetorial de saúde com a expectativa de buscar o significado de sua vida por meio de suas vivências e da tentativa de elaboração sobre as várias mortes presentes na própria vida (KOVÁCS, 2011). *Que narrativas a rede intersetorial tem produzido sobre isso? E a Universidade, como tem participado desse diálogo?*

Por fim, concordamos com Mills (2009) e Kind e Cordeiro (2016) quando falam da importância de pensarmos sobre a interconexão entre a vida e o trabalho, na pesquisa como um ofício contínuo de entrelaçamento entre o intelectual e a experiência de vida, e do valor do diálogo entre universidades para com o tema contemporâneo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Aspectos históricos de Mariana: os discursos de verdade sobre a mineração e a busca de (des)caminhos sobre a lama

*E virá a companhia inglesa e por sua vez comprará tudo e por sua vez perderá tudo e tudo volverá a nada e secado o ouro escorrerá o ferro, e secos morros de ferro taparão o vale sinistro onde não mais haverá privilégios, e se irão os últimos escravos, e virão os primeiros camaradas; e a besta Belisa renderá os arrogantes corcéis da monarquia, e a vaca Belisa dará leite no curral vazio para o menino doentio, e o menino crescerá sombrio, e os antepassados no cemitério se rirão se rirão porque os mortos não choram.*

**(Carlos Drummond de Andrade)**

A cidade de Mariana, localizada a 122 km da capital Belo Horizonte, foi descoberta em 16 de julho de 1696, com a chegada de bandeirantes paulistas à beira de um rio, que foi chamado de Ribeirão Nossa Senhora do Carmo. A cidade era uma das principais fornecedoras de ouro para Portugal, e o fato de ter uma grande concentração aurífera tornou-se um aspecto convidativo para a presença de mineradores na região. Vale lembrar que a cidade integra o Quadrilátero ferrífero, o principal produtor de minério no Brasil. Já no ano de 1970, duas grandes mineradoras, que tinham como objetivo a extração de minério de ferro, se instalaram na cidade, as quais foram: Samarco e Vale (BORSOI, 2011).

A empresa Samarco/Vale S.A. teve sua fundação na cidade no ano de 1977 e tem duas principais acionistas por partes iguais, que são a Vale S.A. e a B.H. P Billiton. Desde então, a mineração tem sido a atividade que garante a maior parte da renda da população e do município. Notamos que, desde a fundação de Mariana, a população convive com as atividades da mineradora de uma forma paradoxal: ao mesmo tempo em que é uma atividade hegemônica e, a princípio, não fornece possibilidade para

existência de outras, é ela que sustenta a maior parte da população. Nesse sentido, podemos dizer que a relação da população de Mariana com a exploração de minério é uma relação de fronteira, em que a atividade mineradora tem sido um dispositivo de enunciação do poder (FOUCAULT, 1990) no município. Isso de maneira que produz formas de ser marianense e trabalhador da mineração, criando e fixando jogos estratégicos de saber sobre as práticas discursivas envolvidas no dispositivo mineração, o que reforça imperativos como: *sem a mineração, Mariana não sobrevive, volta Samarco, Mariana é totalmente dependente da Mineração*<sup>3</sup>, entre outros imperativos muito evidenciados com o desastre tecnológico ocorrido a partir do rompimento das barragens de Santarém e Fundão.

Sabemos, também, que as práticas discursivas envolvidas no dispositivo mineração produzem linhas de subjetivação, que, operando com a dimensão da subjetividade, trazem a emergência da criação de novas possibilidades, de (des)caminhos do próprio sujeito político que indicam linhas de ruptura com o dispositivo mineração. É em esse (dês)caminho que esta pesquisa se interessa. *Que (des)caminho é possível para trazer as **mortes em vida** como pauta central nos discursos jurídicos sobre o reparo de perdas às famílias atingidas?*

A história de Mariana é contada por seus moradores a partir da mineração, e, na atualidade, o que vem à tona no contexto da cidade é o impacto evidenciado pelo desastre tecnológico em função dessa atividade. Notamos que esse tipo de exploração, na história de Mariana, sempre funcionou como uma “política geral” de verdade (FOUCAULT, 1990).

---

<sup>3</sup> No dia 05 de novembro de 2016, ocorreu uma agenda de programações em todo o município de Mariana para abordar a temática do descaso com as famílias acometidas após um ano da tragédia. Os eventos convidaram muitos turistas para Mariana. Esses imperativos eram vistos nos enunciados das lojas e comércios da cidade, pedindo a volta da Samarco/Vale S.A. Além disso, circulava, pela narrativa dos moradores que não foram atingidos concretamente pelo desastre, que a violência e a criminalidade tinham aumentado significativamente com o fato de as famílias atingidas terem vindo para o centro de Mariana. Notamos, com nossas andanças e imersão pela cidade, que a hostilização frente às famílias atingidas e a desconsideração do processo de **morte em vida** delas é muito frequente. Elementos que polarizaram a cidade em aspectos como atingidos e não atingidos. Nos estudos de pós-doutorado, temos como um de nossos objetivos estudar o que há entre estes e aqueles, entre o reparo de danos materiais e **mortes em vida**. O entre paradoxos nos interessa bastante no caso desses conflitos sociais.



Os discursos que sustentam a mineração fazem-na funcionar como uma verdade única, o que gera efeitos para pensarmos as ações de reparação da tragédia após o acontecido. Um desses efeitos consiste no enfoque material causado pela calamidade sustentada pelo discurso econômico – o qual relata que, com o rompimento da barragem, as famílias atingidas perderam suas casas, suas fontes de renda e bens materiais. A empresa Samarco/Vale S.A., em seu plano de ação para atuação no desastre, salientou esse tipo de enfoque e pediu também à rede intersetorial de saúde que pudesse escrever, em formato de plano de trabalho, o que precisam em termos de materiais e contratação de pessoal para trabalhar com o atendimento às famílias atingidas. Todavia, as dimensões simbólicas e associadas aos aspectos culturais, sociais e políticos do território perdido e da luta da população em relação aos distritos atingidos foram previstas de forma mínima no plano de trabalho construído pela mineradora.

Então, “[...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar um conjunto de regras, próprias da prática discursiva” (FOUCAULT, 1985, p. 56). A mineração revela, assim, uma série de paradoxos associados à história de Mariana com essa atividade. Ao fazermos uma breve análise da história dessa cidade, observamos que as produções sobre ela estão vinculadas à atividade mineradora. Gostaríamos de pautar, aqui, a heterogeneidade de discursos existentes sobre a mineração presentes no município. Por mais que exista uma tentativa de hegemonizar o fato de Mariana ser dependente da mineração, fala muito presente nos comércios e turismo local, existem discursos que não concordam com a dependência da atividade mineradora e localizam problemas outros que vieram junto a essa atividade, como o aumento da prostituição na cidade, a existência de problemas respiratórios da população em relação à grande extração da atividade mineradora, condições de trabalho precárias para os mineiros e exploração do minério sem muitas preocupações com o meio ambiente. Essas pautas precisam também estar no bojo da emergência do problema do rompimento da barragem de Mariana. Pensamos aqui,

então, na construção psicossocial da história do desastre. Essa construção é necessária e evidente:

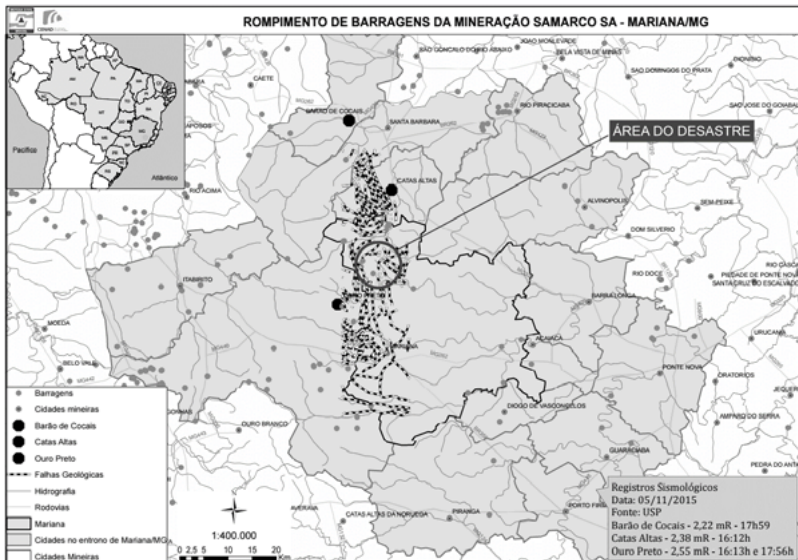
*[...] una ocasión de crisis o stress social, observable en el tiempo y el espacio, en que sociedades o sus componentes (comunidades, regiones, etc.) sufren daños o pérdidas físicas y alteraciones en su funcionamiento rutinario. Tanto las causas como las consecuencias de los desastres son producto de procesos sociales que existen en el interior de la sociedad (THOMAS, 1993, p. 120).*

Vale lembrarmos, também, que a história do rompimento da barragem de Mariana não é um fenômeno de agora, mas fruto de um processo social, histórico, territorial e político. A história dessa cidade nos faz pensar no contexto do Brasil, em que já tivemos quatro acidentes com barragens no estado de Minas Gerais, na década de 2000: o primeiro em 2001, na Mineração Rio Verde Ltda, em Nova Lima, onde o rompimento da barragem resultou em cinco óbitos, danos ao ambiente e às estruturas de abastecimento; o segundo em 2003, na Indústria Cataguazes de Papel, na cidade de Cataguazes, com liberação de lama que causou interrupção no serviço de abastecimento de água no município; o terceiro em 2006, no Rio Pompa Mineração Cataguazes, cidade de Mirai, ocorrendo vazamento de lama que causou danos ambientais e interrupção no abastecimento de água em municípios dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais; e o quarto em 2007, também em Rio Pompa Mineração Cataguazes em Mirai, onde aconteceu o rompimento da barragem, causando danos ao ambiente e interrupção no fornecimento de água e deixando 500 desabrigados (DUARTE, 2008).

Minas Gerais abriga um número significativo de barragens, o que nos convida a (re)pensar suas estratégias de fiscalização e também os discursos de verdade produzidos sobre a mineração no estado. No caso do rompimento da barragem de Mariana, tivemos a liberação de lama e rejeitos de minério de ferro provindos da mineradora da Samarco/Vale S.A., os quais vêm afetando 35 municípios que abrigam uma população de cerca de 1,1

milhão de pessoas, 5,3% do contingente populacional do estado de Minas Gerais (BRASIL, 2015). O rompimento da barragem ocasionou a morte de 19 pessoas que foram identificadas e dois desaparecimentos (LESTE, Geomorfologia e Recursos Hídricos; TERRA, 2016):

FIGURA 1: Localização da área do desastre de Mariana e os municípios atingidos



FONTE: Relatório do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD, 2015).

Podemos observar que o município de Mariana enfrenta um conjunto de conflitos sociais associados à atividade mineradora, muito presente na sua história, que nos convoca a pensar novas possibilidades de reconstrução e de elaboração das **mortes em vida** ocasionadas pelo desastre tecnológico.

## Interfaces entre educação, desastres tecnológicos e mortes em vida

Compreendemos os desastres como acontecimentos coletivos trágicos em que há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma severa e multidimensional, as rotinas de vida de uma coletividade. No caso do desastre tecnológico, temos parte ou todo atribuído à intenção humana, ou situação de negligência, envolvendo uma falha que provoca danos e sofrimentos significativos ou mortes (VALÊNCIO, 2015). A partir de uma situação de tragédia, temos a instauração de uma crise social que tem raízes históricas mais amplas. O que notamos no caso brasileiro é uma obstrução dos recursos das vozes daqueles que se encontram em situação de persistente fragilização, de modo que há desresponsabilização daqueles geradores das descomplicações sociais (ACSELRAD, 2006).

No caso dos distritos afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, foram tomadas algumas providências para a tentativa de reparação do desastre, como o estabelecimento de acordos públicos entre Ministério Público Estadual e a mineradora, que tiveram, como foco, a urgência de reparação de danos materiais causados pelo desastre, contratação de profissionais da saúde para atendimento à população atingida, compra de carros para ir até aos distritos atingidos e criação de uma comissão de atingidos para participar dos processos reparatórios causados pós-calamidades. Todavia, o atendimento psicossocial das famílias atingidas foi uma pauta que apareceu no segundo momento do desastre.

A experiência da tragédia tecnológica gerou, nas pessoas atingidas, uma experiência dolorosa, evidenciada por um sofrimento de elaboração do que foi perdido, da ansiedade sobre o que vai acontecer. Enfim, sentimento de medo, tristeza e de perdas muito grandes.

Nesse caso, o desespero pode tomar conta da pessoa. A separação provoca uma mutilização, um pedaço do ego que se vai, e com isso ocorre um abalo na identidade da

pessoa, e uma nova identidade tem que se formar (KOVÁCS, 2011, p. 15).

Em contraposição ao conjunto de ações pensadas para os danos reparatórios materiais, identificamos poucas ações que pensaram na contemplação do atendimento da rede de saúde para as **mortes em vida**. Esse dilema foi crescente na rede intersetorial de saúde desde novembro de 2015, até que os profissionais de equipamentos, como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Secretaria de Saúde do município de Mariana solicitaram, por meio de documento, o pedido de orientações para o atendimento psicossocial em saúde nos casos de famílias que estavam sofrendo muito com a perda do seu território, e algumas mortes concretas que aconteceram devido a esse agravante.

A preocupação da rede estava relacionada ao fato de a empresa Samarco/Vale S.A. estar focada apenas em aspectos materiais, sem prever, em suas ações conjuntas com o município, o atendimento psicossocial. A partir dessa demanda, foi elaborado um documento chamado “Estudo Técnico: Parâmetros mínimos para o atendimento psicossocial das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mineradora Samarco Vale/BHP Billiton em Mariana”, que foi encaminhado à empresa como uma diretriz que deveria ser cumprida. Contudo, apesar de pactuarem junto ao Ministério Público com a devida atenção ao tema, as diretrizes não foram consideradas totalmente, e o problema continua em sua complexidade, pela não valorização dos saberes sujeitos (FOUCAULT, 2010).

O relato da **morte em vida** dos moradores tem sido desqualificado como saberes hierarquicamente inferiores, saberes ingênuos, e, mesmo quando a rede de saúde valida a escuta sobre as perdas simbólicas e discute com a empresa, tem sido tratado como “saberes de pessoas”. E é aqui que esses estudos de pós-doutorado pretendem fazer a crítica sobre a importância da escuta das **mortes em vida** pela rede intersetorial de saúde no caso de tragédias tecnológicas.

Os profissionais da rede, em suas narrativas, falam que têm se sentido sem saber o que fazer, pois muitos atingidos têm apresentado casos de sofrimento em relação à perda de seus territórios, mas seus laços comunitários e sociais não têm sido considerados. Como podemos pensar essa temática da **morte em vida** nos casos de saúde associados a calamidades tecnológicas?

O estudo sobre o atendimento psicossocial das pessoas atingidas é uma preocupação que deve ser institucional e social, visto que as famílias atingidas sofreram impactos em várias esferas sociais e individuais, além de terem suas memórias de pertencimento associadas aos lugares que moravam enfraquecidas. Alguns impactos referentes ao desastre foram nomeados pelos próprios atingidos nos atendimentos realizados pelo Ministério Público<sup>4</sup>: alguns perderam familiares e foram impactados em sua saúde mental devido à elaboração do luto da perda inesperada dos parentes; outros apresentaram traumas acerca dos trabalhos que desenvolviam e construíram memórias negativas sobre o mesmo, e esse evento os impedem de pensarem em alternativas de sobrevivência pós-desastre; muitos perderam bens materiais de forma imediata, e a referência do território e da moradia-base que tinham. Essa perda abalou psicicamente os atingidos, já que as comunidades nas quais viviam foram permeadas por questões de conflitos ambientais, gerando o enfraquecimento dos laços sociais e afetivos, das memórias culturais, enfim, dos modos de organização de vida econômica e comunitária construída a partir das condições socioambientais de cada território habitado.

Após essa contextualização dos resultados da presente pesquisa, acreditamos ser muito importante trazer a temática do desastre de Mariana para formação dos discentes do curso de Pedagogia da FaE/UEMG, que podem contribuir com os estudos sobre o simbólico e também com intervenções junto à população atingida para uma maior proximidade entre universidade e fenômeno psicopolítico.

---

<sup>4</sup> É importante lembrar que o Ministério Público tem realizado atendimentos com enfoque de orientação jurídica às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão desde janeiro de 2015, e esses materiais também serão utilizados na presente pesquisa.

Sabemos que a formação é um processo contínuo, e a universidade precisa estar em constante diálogo com temáticas tão caras ao estado de Minas Gerais como o tema da mineração. Assim, o estabelecimento de conexões entre resultados da presente pesquisa com o corpo discente da UEMG forneceu uma incorporação do assunto às aulas e aos seminários de pesquisa e extensão.

## Referências

- ACSELRAD, H. Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 12, 25, jan./jun., p. 117-138, 2006.
- BORSOI, D. F. O mundo urbano colonial: norma e conflito em Mariana/MG (1740 a 1808). **Revista Espacialidades**, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 3, nov., 2011. Disponível em: <http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v4n3/Diogo.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2017.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2015**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa\\_dou.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm). Acesso em: 1 fev. 2017.
- DUARTE, A. P. **Classificação das Barragens de Contenção de Rejeitos de Mineração e de Resíduos Industriais no Estado de Minas Gerais em Relação ao Potencial de Risco**. Dissertação, mestrado no Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da Vida**: curso Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão – 2. ed. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. Qu'est-ce que la Critique? **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, t. LXXXIV, année 84, n. 2, p. 35-63, avr./juin. 1990.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- KIND, L ; CORDEIRO, R. Os encontros que compõe o ofício de pesquisar. **Revista Athenea Digital**. Revista de Pensamiento e Investigacion Social. 16, 2, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=53746594013>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- KOVÁCS, M. J. A morte em vida. In: FRANCO, M. H. P. **Vida e Morte**: Laços da existência. São Paulo, Caso do Psicólogo, 2011.
- MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros estudos**. Rio de Janeiro: Zahar. 2009.
- MODENA, C. M.; HELLER, L. Desastre da Samarco: aproximações iniciais. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300009>. Acesso em: 5 fev. 2017.
- LAVELL THOMAS, A. Ciencias Sociales y Desastres Naturales en América Latina Un Encuentro Inconcluso. In. MASKREY, A. (Org.). **Los Desastres no son Naturales LaRED** – Red de Estudios Sociales en Prevencion de Desastres en América Latina, 1993. p. 135-154
- LECHAT M. F. The epidemiology of disasters. **Proceedings of Royal Society of Medicine**. v. 69, n. 6, p. 421-426, 1976.
- LESTE, Geomorfologia e Recursos Hídricos; TERRA. **Relatório de campo e interpretações preliminares sobre as consequências do rompimento da barragem de rejeitos de Fundação** (Samarco/VALE/BHP). 2016. Disponível em: [http://www.ufjf.br/noticias/files/2016/02/ufmg\\_ufjf\\_relatorioexpedicaoriodoce\\_v2.pdf](http://www.ufjf.br/noticias/files/2016/02/ufmg_ufjf_relatorioexpedicaoriodoce_v2.pdf). Acesso em: 18 fev. 2016.



VALÊNCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, 2010, p. 748-762.